



**CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA  
COLÔNIA TOMÁS COELHO**

**CURITIBA  
MARÇO/1987**

159c

IPARDES - Fundação Édison Vieira.  
Caracterização sócio-econômica da Colônia  
Tomás Coelho. Curitiba, 1987.

p. 57

Convênio SUREHMA/SECE/COMEC/FCC/IPPUC/  
IPARDES.

1. Colônia Tomás Coelho - Condição social.
2. Colônia Tomás Coelho - Condição econômica.
3. Represa do Rio Passaúna. 4. Imigração polonesa  
- Paraná. I. Título.

CDU 308:338(816.21)  
325.14(438:816.2)

## **IPARDES-Fundação Édison Vieira**

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Secretário Geral

CARLOS MANUEL V. A. SANTOS - Coordenador Técnico

## **RESPONSÁVEL TÉCNICO**

NEDA MOHTADI DUSTDAR (socióloga-historiadora)

## **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL**

Luiza de Fátima Pilati M. Lourenço (normalização bibliográfica)

Letícia C. Koniarski (editoração), Maria Cristina Ferreira e Noemi H. B. Perdigão (revisão), Léia Rachel Castellar Oliveira (dactilografia), Iara Regina Teixeira (desenho), Pedro L. Gryzbowski (reprografia).

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	ii
1 OBJETIVOS.....	1
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	2
3 JUSTIFICATIVA.....	4
4 HISTÓRICO.....	6
5 CONDIÇÃO DE POSSE E ÁREA DO IMÓVEL.....	13
6 COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA E FAIXA ETÁRIA.....	19
7 NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	21
8 SITUAÇÃO OCUPACIONAL.....	23
9 EMPREGO DE FORÇA DE TRABALHO.....	27
10 PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	29
11 MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.....	36
12 INSUMOS.....	38
13 CRÉDITO AGRÍCOLA.....	41
14 RENDIMENTO MENSAL.....	42
15 ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	44
16 SANEAMENTO BÁSICO.....	45
17 ILUMINAÇÃO.....	46
18 ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA.....	47
19 PADRÃO DE VIDA.....	49
20 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo é resultado de um convênio firmado entre o IPARDES, Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente - SUREHMA -, Secretaria da Cultura e do Esporte, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC -, Fundação Cultural de Curitiba e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC.

Esse convênio teve como objetivo uma ação conjunta para levantar a problemática da área a ser atingida pela construção da barragem do rio Passaúna, nos seus aspectos históricos, antropológicos, arquitetônicos, iconográficos e sócio-econômicos, através da elaboração de estudos que sirvam de subsídio para futuras atuações, tentando, assim, evitar prejuízos às comunidades envolvidas.

- O Projeto Passaúna articula-se em três blocos atuação:
- a) processo de desapropriação da área a ser alagada;
  - b) trabalho de resgate histórico e sócio-cultural da área;
  - c) planejamento físico-territorial.

Coube ao IPARDES, a caracterização sócio-econômica da Colônia Tomás Coelho, realizada em 1985, como parte do segundo bloco de atuação do Projeto.

Localizada em Araucária e Campo Largo, a Colônia Tomás Coelho terá sua área alagada pela represa do Rio Passaúna, com o intuito de abastecer de água esses municípios e parte de Curitiba.

## 1 OBJETIVO

Neste estudo, objetiva-se caracterizar a inserção dos produtores agrícolas residentes na Colônia Tomás Coelho no mercado - como produtores mercantis ou vendedores de força de trabalho - e, dessa forma, mostrar a subordinação do componente étnico-cultural às relações mercantis.

Assim, a análise se detém nos seguintes aspectos:

- a) a diferenciação existente entre os produtores agrícolas da Colônia Tomás Coelho no que diz respeito aos aspectos econômicos e sociais;
- b) a forma como se dá a inserção dos colonos como produtores mercantis no âmbito das relações de mercado;
- c) a predominância da relação mercantil de produção sobre o componente étnico-cultural;
- d) o papel do Estado frente à desapropriação dos produtores agrícolas residentes na Colônia de Tomás Coelho, em função da construção da barragem do rio Passaúna.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração do presente trabalho, fizeram-se necessários uma abordagem sobre a história do assentamento da imigração polonesa no país, o levantamento dos laudos utilizados pelo Instituto de Terras e Cartografia - ITC - e o mapeamento realizado pela SUREHMA, que proporcionaram a verificação do universo dos produtores agrícolas residentes na Colônia Tomás Coelho e da condição de posse e área do imóvel.

A partir do histórico, dos laudos e do mapeamento, foi possível a elaboração de um questionário que viabilizasse a conformação concreta da Colônia, verificando-se fatores como: estrutura fundiária, pauta e diversificação de produtos, grau de modernização da base técnica das unidades de produção existentes, volume da produção e estrutura de comercialização predominante. Foram também considerados os interesses econômicos específicos das diversas categorias de produtores.

Na interpretação dos 71 laudos do ITC de até maio/85, verificou-se que havia 61 lotes rurais, sendo que alguns eram improdutivos, como, por exemplo, a área onde se encontram as instalações técnicas e a antena da Rádio Cidade de Araucária, os lotes pertencentes à Cerâmica Klemtz e os de propriedades da Indústria e Comércio de Desidratados Ltda. Os lotes restantes, uma parcela significativa, pertencia a um número reduzido de proprietários.

A partir desse levantamento, constatou-se que 28 famí-

lias residiam na Colônia Tomás Coelho, das quais nove encontravam-se na condição de "chacreiros".\* Diante disso, a pesquisa de campo restringiu-se a 20 famílias\*\* que, efetivamente, teriam peso na produção agrícola da região.

Os dados e informações obtidos através dos questionários aplicados e entrevistas realizadas junto às famílias da região serviram de base para a análise das relações sociais existentes entre os produtores e o mercado, como também para o levantamento do modo e padrão de vida de cada família. Dessa forma, foi possível formar um quadro geral da Colônia Tomás Coelho no que diz respeito à sua caracterização sócio-econômica.

É importante que se leve em consideração que o desenvolvimento do capitalismo, por si só, não explica o processo histórico pelo qual passou a Colônia Tomás Coelho em particular. Porém, são as especificidades sociais, regionais e étnicas que vão, concretamente, dar sustentação às determinações reais desse sistema econômico em estudo.

Nesse sentido, é fundamental expressar a heterogeneidade que caracteriza a Colônia quanto às influências assumidas de natureza econômica, social e política, delineando, assim, uma forma particular de crescimento e integração adequadas às necessidades dos produtores agrícolas da região.

\*Designação local de caseiros, ou seja, famílias que fazem apenas a guarda do lote para o proprietário, garantindo, dessa forma, sua sobrevivência.

\*\*Dessas famílias, uma encontra-se na condição de "chacreiro", mas, pelo fato de comercializar parte de sua produção, foi considerada na pesquisa.

### 3 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a desapropriação de Tomás Coelho, em decorrência da construção da barragem do rio Passaúna para o abastecimento de água nos municípios de Araucária, Campo Largo e parte de Curitiba, faz-se necessária uma caracterização sócio-econômica dos produtores agrícolas desta Colônia, de modo que venham a ser indenizados conforme o tamanho da propriedade, as benfeitorias reprodutivas (árvores frutíferas e não-frutíferas, plantações, etc.), e não-reprodutivas (casas, paióis, estábulos, etc.), a fertilidade do solo e as condições efetivas de produção de cada produtor.

Nesse sentido, a importância de uma caracterização sócio-econômica se justifica em virtude da inserção dos produtores agrícolas nas relações de mercado, demonstrando a predominância da relação mercantil de produção sobre o elemento étnico-cultural, que, por sua vez, leva o Estado a indenizá-los com preços justos, criando condições concretas para que continuem mantendo seus vínculos necessários com o mercado.

Por isso, deve-se levar em conta que a propriedade é considerada para esses colonos, na sua maioria poloneses, tanto como unidade de produção como unidade de consumo, onde as relações sociais de produção se dão, principalmente, mediante os laços de parentesco. O caráter familiar da unidade de trabalho é categoria fundamental na compreensão da economia da Colônia Tomás Coelho.

O objetivo principal das relações econômicas de produção não é a obtenção de lucros - pois a unidade produtiva mercantil simples não é orientada pela taxa de lucro - mas a reprodução da família enquanto unidade produtiva.

#### 4 HISTÓRICO

A Colônia Tomás Coelho, localizada nos vales dos rios Barigui e Passaúna, foi organizada em 1876, inicialmente com 180 lotes rurais a uma distância de 17 km da capital, pelo presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins. No entanto, em decorrência do grande fluxo de imigrantes, o número de lotes foi ampliado para 270. O território que compreendia os lotes 183 a 270 ficou conhecido popularmente por Roça Nova, ocupando uma superfície de 1 665 ha (quatro ha em lotes), aproximadamente 60 000 a 70 000 m<sup>2</sup>.

Devido à carência de produtos agrícolas\* e, conseqüentemente, aos altos preços, dada sua importação, os grupos dirigentes do Império passaram então a colocar em prática sua política de incentivo à colonização européia, na tentativa de resolver o problema do abastecimento agrícola.

É nesse quadro que se constitui a meta principal de Lamenha Lins: promover a imigração européia para o litoral e, sobretudo, para os arredores de Curitiba. Criou, assim, condições favoráveis para o estabelecimento de milhares de aldeões europeus em propriedades subdivididas, fixando-os à terra como legítimos proprietários e não como operários nos grandes latifúndios, dada, inclusive, a própria natureza das sociedades camponesas nos moldes europeus.

\*Note-se que a economia paranaense, em 1876, repousava na extração da erva-mate e no comércio de gado com o Rio Grande do Sul e Corrientes.

Lamenha Lins estabeleceu o modo de como se fixar o imigrante nessas colônias ao redor de Curitiba:

(....) Medidos e demarcados lotes de terras de cultura nos arredores da cidade, traçadas as estradas, entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída.

Ao colono maior de dez annos dá-se como auxílio de estabelecimento 20\$000. Cada família, recebe mais 20\$000 para compra de utensilios e sementes. Logo que o colono se estabelece é empregado na construção das estradas do núcleo, recebendo a ferramenta necessária e cessa, então, a alimentação por conta do governo.

Em cada núcleo funda-se uma escola e edifica-se uma capella, com excepção daquelles que, por muito próximos da cidade, dispensam essa construção. Além do trabalho nas estradas do núcleo, encontra o colono serviço nas obras públicas geraes.

Estabelecidos por esta forma, ficam os colonos entregues à sua própria iniciativa e somente obrigados a pagar no prazo do regulamento de 1867, a sua dívida ao governo. Esta dívida, pelo que respeita aos gastos feitos desde que o colono chega a esta província, ainda não excedeu a 500\$000 por cada família de 5 pessoas, termo médio incluindo o preço das terras, e está garantida pelo valor real do lote, casa e accessórios.

Achando na cidade prompto mercado para o producto de sua lavoura e fácil consumo de lenha, hortaliças e pequenas indústrias, o colono pode em tempo breve libertar-se dessa dívida para com o Estado e habilitar-se a desenvolver a sua lavoura.

Por esse modo podemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada, já affeita ao nosso clima, identificada com os nossos costumes e preparada para, derramando-se pelo interior desta vasta província explorar e aproveitar os inexgotáveis thesouros que ella encerra.

O colono europeu, por via de regra desanima diante das nossas mattas virgens, porque para elle é completamente ignorada essa cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colônias afastadas dos centros populosos, elles fogem de entregar-se a esse trabalho improbo que lhes é inteiramente desconhecido, acontecendo muita vez que o desastre que na primeira derrubada fere a um, basta para ame-

drontar uma expedição inteira.

É preciso pois, preparar o colono, para penetrar nas regiões das mattas virgens, riquíssimas de umberdade e seiva, porém cuja rude majestade os assombra e intimida.

D'ahi a vantagem de estabelecer os primitivamente, nos arredores dos centros populosos; ahí perto de todos os recursos, ao passo que se dedica a cultura que conhece, e tem mercado prompto e consumo immediato para os seus productos, o colono ensaia essa cultura nacional que lhe é inteiramente estranha, mais a que elle tem de entregar-se mais tarde, pela natureza das plantas que tem de cultivar, e do terreno em que ellas produzem.

Por outro lado, o nacional, aprenderá do colono laborioso, tudo quanto lhe for aproveitável da cultura européia, e se habilitará a melhorar e aperfeiçoar a sua lavoura.<sup>1</sup>

Foi sob o domínio dessas idéias que Lamenha Lins iniciou a formação de um cinturão verde colonial em torno de Curitiba.

Por outro lado, apregoava também mudanças no modo de tratar o colono imigrante:<sup>2</sup>

- a) dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar em vez de fazer poéticas descrições e exageradas promessas;
- b) facilitar-lhe o transporte, evitando que sofra privações e maus tratos;
- c) oferecer lotes de terra nas vizinhanças dos centros populosos e fazê-los comunicáveis por estradas de rodagem;
- d) fazer o colono aderir à terra que habita, dando-lhe o direito de propriedade e facilitando-lhe sua aquisição;

<sup>1</sup>PARANÁ. Governo (Lamenha Lins) Relatório do Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15.06.1877. Curityba, Typ. Lopes, 1877. p.79.

<sup>2</sup>PARANÁ. Governo (Lamenha Lins)

- e) evitar que o imigrante, ao chegar, sofra vexames que lhe abatam o ânimo, nos seus primeiros passos em regiões desconhecidas;
- f) estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos, e depois libertá-lo de qualquer tutela, deixando-o sobre si e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa.

Essas circunstâncias preparariam o caminho para o desenvolvimento da imigração espontânea para a região.

Adolpho Lamenha Lins, tendo como base os resultados obtidos nas colônias Argelina (1869), S. Venâncio (1870), Pilarzinho (1871) e Abranches (1873), tentou a melhor forma de procedimento para a fixação do imigrante europeu à terra, obtendo, após aplicadas suas teorias, o que se apresenta no quadro 1.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS COLÔNIAS, POR ANO DE FUNDAÇÃO E MUNICÍPIO, NO PARANÁ

NÚCLEO COLONIAL	ANO	MUNICÍPIO
Santa Cândida	1875	Curitiba
Orleans	1875	Curitiba
Santo Inácio	1876	Curitiba
Don Augusto	1876	Curitiba
Riviere	1876	Curitiba
Lamenha	1876	Curitiba
Tomás Coelho	1876	São José dos Pinhais*

FONTE: IPARDES

\*Devido aos atritos provocados entre os imigrantes e as populações locais luso-brasileiras, a Colônia Tomás Coelho foi colocada sob a jurisdição do distrito policial da Freguesia do Iguaçu, que, por sua vez, em 11 de fevereiro de 1890, através do decreto estadual nº 40, foi levada à categoria de município, com a denominação de Araucária.

A fixação dos imigrantes europeus nas respectivas colônias obedecia ao Regulamento das Colônias dos Estados, aprovado pelo Decreto Imperial nº 3784, de 19 de janeiro de 1867.

O nome da Colônia foi proveniente de uma homenagem pres-

tada pela Província ao então Ministro da Agricultura, Thomás José Coelho de Almeida, membro do 26º Gabinete do Império, presidido por Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

No caso específico do Brasil, já em 1850, surge a Lei de Terras, que proíbe a aquisição de terras, quando não é feita através da compra. Configura-se, também, o fluxo migratório que se tornou realmente significativo a partir dessa década, abrangendo cerca de 117 000 imigrantes. Ainda em 1850, estabeleceu-se a proibição da importação de novos escravos africanos (legislação de controle de tráfico negreiro) e, em 1871, a Lei do Ventre Livre.

Assim, com o controle do tráfico negreiro, a Lei do Ventre Livre e a Lei de Terras, surgiram a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado e a configuração da terra como mercadoria, ambos passíveis de compra e venda, sendo sua aquisição, portanto, comercial.

A Província do Paraná, que possuía por volta de 1860 cerca de 80 000 habitantes, teria então de obter uma nova população para a lavoura, além de estabelecer uma concorrência com os produtos tradicionais, como a erva-mate e a importação de animais. Esse produto novo seria o trigo, cereal de consumo universal e regulador da subsistência na Europa.

Com a chegada dos poloneses em Tomás Coelho, foram sendo construídas casa de madeira, em mutirão, com a participação de vizinhos e de toda a família. Recriando os valores e costumes poloneses, as casas eram feitas de toras roliças e encaixadas umas às outras, formando uma espécie de casa rústica. Porém, com a instalação de madeireiras nos arredores da região, as casas foram adquirindo formas diferentes, constituídas de

tábuas e ripas.

Um dos fatores que levaram ao desenvolvimento inicial da Colônia foram as serrarias das cidades circunvizinhas de Curitiba, à medida que os colonos vendiam pinheiros pertencentes a seus lotes; com o lucro obtido, melhoravam seus estabelecimentos, comprando sementes e instrumentos agrícolas. Além disso, a existência de serrarias contribuía para que os imigrantes construíssem suas casas a preços mais favoráveis.

Verifica-se com o programa de Lamenha Lins, uma forma dominante de relações mercantis, onde a inserção dos imigrantes poloneses já se dá dentro de uma economia de mercado, nos moldes de uma produção mercantil. Isso porque a política de Lamenha Lins já estipulava a necessidade de um "cinturão verde" para o abastecimento alimentar e a vinculação a ele desses imigrantes.

No caso do Brasil, é importante ressaltar que a transformação e reprodução do trabalhador rural passam necessariamente pela propriedade privada da terra, via pagamento de seu preço, estipulado pelo mercado e pela conjuntura política. O trabalhador rural, no Brasil, ocupa um espaço criado pelo próprio capital e é também um elemento necessário à sua reprodução e ampliação. Portanto, verifica-se que, na sua história, esse trabalhador está vinculado ao setor agrário e subordinado ao capital comercial num modo de produção já mercantilizado. Desse modo, não interessa ao capital se esses trabalhadores rurais são brasileiros, poloneses, italianos ou japoneses, à medida que ele subordina todos, da mesma forma, às suas leis.

Essas são as condições que possibilitaram o surgimento dessa figura que é o imigrante, recriado para servir aos inte-

resses do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sob a forma de colono.

## 5 CONDIÇÃO DE POSSE E ÁREA DO IMÓVEL

Através das informações coletadas dos questionários aplicados, verifica-se que os 20 entrevistados estão inseridos na categoria de produtores agrícolas. Desses, quatorze são proprietários de terra, quatro estão na condição de arrendatários e dois são ocupantes.

Dos proprietários de terra, três ocupam uma área equivalente a 35 alqueires de um total de 94,1 alqueires, o que representa 37,2% da área total. No entanto, a participação desses três proprietários sobre o conjunto de quatorze equivale a 53,1% da área produtiva. Isso significa que mais da metade da área está concentrada em mãos de apenas três produtores agrícolas, um dos aspectos relevantes para caracterizar a diferenciação existente na região no que diz respeito à condição de posse e área do imóvel (tabela 1).

TABELA 1 - CONCENTRAÇÃO DE TERRA ENTRE OS PROPRIETÁRIOS DA COLÔNIA TOMÁS COELHO - 1985

FAIXA DE ÁREA (Alq)	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS	ÁREA OCUPADA	ÁREA MÉDIA	%
0,1 - 1,8	3	12,4	0,8	3,6
2,0 - 3,5	5	12,5	2,5	19,0
4,0 - 7,0	3	16,0	5,3	24,3
10,0 - 13,0	3	35,0	11,7	53,1
TOTAL	14	65,9		

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JUN/1985

Desses proprietários, sete arrendam terra de terceiros, variando de 0,25 a 10,5 alqueires. Essas terras estão situadas na região de Tomás Coelho, que abarca parte dos municípios de Araucária e Campo Largo. Apenas um proprietário arrenda terra em São José dos Pinhais, município não-pertencente à região de Tomás Coelho.

A forma de pagamento pelo arrendamento de terras é predominantemente em dinheiro, variando entre Cr\$ 150 000 a 1 000 000 o alqueire/ano. Porém, há casos particulares em que o produtor paga pelo arrendamento a quantia equivalente a Cr\$ 100 000/alqueire ao ano e um caso específico em que se paga Cr\$ 50 000 anualmente. Um número pouco significativo de produtores paga a renda em trabalho e em produto.

O que prevalece, portanto, como forma de pagamento pelo arrendamento da terra é a renda-dinheiro, pois dos sete proprietários, quatro arrendam sob esta condição, dois na forma de renda-produto e apenas um na de renda-trabalho. Essa situação mostra a predominância das relações mercantis na produção da região, além de caracterizar a terra enquanto mercadoria.

As terras arrendadas são destinadas principalmente ao cultivo da batata, milho, feijão e cebola.

Entre os proprietários, sete possuem outras áreas, variando de 1 a 5 alqueires, destinadas também à lavoura de milho, batata, feijão e, particularmente, cebola e tomate. Apenas um desses alqueires é lote para moradia, localizado na Vila Angélica.

Oito proprietários obtiveram suas terras por meio de herança, cinco as adquiriram com recursos próprios - dois deles não são poloneses -, e um adquiriu parte por meio de herança e

parte por compra. Todos eles possuem títulos definitivos do imóvel, conforme consta dos laudos do ITC.

Esse quadro revela, num primeiro momento, que dos proprietários que adquiriram suas terras com recursos próprios, quatro são poloneses. Isso explica, por um lado, que o processo de mercantilização da terra vem desde o assentamento desses poloneses no Brasil, inseridos no Programa do Cinturão Verde, idealizado por Lamenha Lins. Por outro, comprova a predominância das relações mercantis de produção sobre o elemento étnico-cultural, uma vez que a compra da terra se dá mediante a produção e comercialização de produtos necessários à sobrevivência da família e que a reprodução da pequena produção, de acordo com o movimento do capital, recria essas condições conforme seus interesses.

Dos quatro entrevistados que se encontram na condição de arrendatários - aqueles que não possuem a propriedade legal da terra e a "alugam" de terceiros para sua sobrevivência -, um é de família polonesa, que arrenda 1,5 alqueire de terra de um total de oito alqueires da área do imóvel, não possuindo nenhuma relação de parentesco com o proprietário, apesar de este ser também de descendência polonesa. Arrenda há um ano e meio através de um contrato legal, o qual estipula o pagamento de Cr\$ 80 000 o alqueire.

Outro produtor, de descendência italiana e casado com filha de poloneses, arrenda a área total do imóvel, que é de oito alqueires. Ele também não possui nenhuma relação de parentesco com o proprietário do imóvel, embora este seja de descendência polonesa. Faz sete anos que arrenda a terra através de contrato verbal, que estipula o pagamento de Cr\$ 30 000 por

mês ao proprietário.

Outro arrendatário é um brasileiro que arrenda 12,4 alqueires do imóvel há quatro anos e meio, sob contrato legal, que estipula o pagamento de 25% do total da produção comercializada. Esse produtor não tem nenhuma relação de parentesco com o proprietário do imóvel, também descendente de poloneses. Em 1977, vendeu 14,5 ha de terra em Ibirama, interior de Santa Catarina, porque, além de o solo ser ruim para lavoura, o terreno ficava a uma distância de 70 km do comércio, o que lhe dificultava o acesso ao mercado.

Um caso particular de arrendamento é o do avicultor e suinocultor que arrenda do pai-polonês um alqueire de terra e paga, aproximadamente, Cr\$ 1 000 000 ao ano. Nota-se aí o estabelecimento da renda-dinheiro no interior das relações de parentesco.

O arrendamento de terras revela, por um lado, que o elemento étnico-cultural é secundário, à medida que as relações de parentesco não são predominantes entre os que alugam a terra com os que têm a propriedade legal dela e, por outro, que as terras localizadas na região de Tomás Coelho, apesar de não terem solo muito fértil, estão próximas de um mercado consumidor necessário para a comercialização dos produtos. Esse fato é relevante no sentido de mostrar que a diferenciação na região com relação à condição de posse da terra se faz presente no âmbito mesmo do modo de produção capitalista e reprodução da pequena produção. O capital interfere na organização interna da região através da intermediação do mercado.

Dos dois entrevistados que se encontram na categoria de ocupantes - não arrendam a terra e nada pagam pelo uso dela -

um é parente (genro) do proprietário, ocupando, desde 1972, um dos sete alqueires da área total do imóvel. Possui um lote de 16 X 35 m em Araucária, no bairro Jardim Pinheirais, onde pretende construir uma casa após o alagamento de parte da Colônia. O outro ocupante trata-se de uma caseira, chamada de "chacreira" pelos colonos, que ocupa, desde 1982, a área total do imóvel que é de 4,5 alqueires. Nada paga ao proprietário pelo uso da terra, apenas faz a guarda do imóvel e cultiva a terra com culturas de subsistência. Estabele-se aí também uma relação de troca.

A condição de posse e área do imóvel apresentam vários aspectos que demonstram a inserção da Colônia Tomás Coelho no mercado, uma vez que as necessidades dos produtores e a demanda do mercado devem ser supridas. Por outro lado, verifica-se uma diferenciação existente tanto ao nível de categoria de produtores - proprietários, arrendatários e ocupantes - como também ao nível da concentração de terras, o que determina a heterogeneidade existente na região de Tomás Coelho através da predominância das relações de classe sobre as relações étnicas. Nesse aspecto, também se observa que, apesar de existir uma grande incidência de poloneses, são estes que detêm a concentração da terra, ou seja, eles são os grandes proprietários de terra na região em estudo (quadro 2).

QUADRO 2 - CONDIÇÃO DE POSSE E ÁREA DO IMÓVEL NA COLÔNIA TOMÁS COELHO - 1985

CONDIÇÃO DE POSSE	ÁREA DO IMÓVEL (alq)	PARTICIPAÇÃO P/ COND. DE POSSE	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL	ÁREA DO OUTRO IMÓVEL (alq)	ÁREA ARRENDADA (alq)	ÁREA TOTAL MORIL. (alq)	FORMA DE PAGAMENTO DA RENDA	ETNIA	FORMA DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL	
Proprietários	Nº 1	13,0	13,7	13,8	4,0	17,0		P	Herança e Compra	
	Nº 2	12,0	18,2	12,7		12,0		P	Herança	
	Nº 3	10,0	15,2	10,6	5,0	10,0	25,0	Dinheiro - Cr\$ 1 milhão por alq/ano	P	Herança
	Nº 4	7,0	10,6	7,4		1,5	8,5	Trabalho	P	Herança
	Nº 5	5,0	7,6	5,3			5,0		P	Compra
	Nº 6	4,0	6,1	4,2	2,0	4,0	10,0	Dinheiro - Cr\$ 150 000 alq/ano	P	Compra
	Nº 7	3,5	5,3	3,7		0,6	4,1	Dinheiro - Cr\$ 50 000 alq/ano	P	Herança
	Nº 8	3,0	4,5	3,2		Explora em parceria c/ o Nº 14	3,0		P	Herança
	Nº 9	2,0	3,0	2,1	1,0	10,5	13,5	Dinheiro - Cr\$ 100 000 alq/ano	P	Compra
	Nº 10	2,0	3,0	2,1	3,0		5,0		P	Herança
	Nº 11	2,0	3,0	2,1		0,4	2,4	Produto	J	Compra
	Nº 12	1,8	2,7	1,9		0,25	2,05	Produto	B	Compra
	Nº 13	0,5	0,7	0,5	0,24		0,74		P	Herança
	Nº 14	0,1	0,1	0,1		Meelro	0,1		B	Herança
Arrendatário	Nº 1	12,4	54,6	13,2		12,4	Dinheiro 25% da produção Comerc.	B		
	Nº 2	8,0	35,2	8,5		8,0	Dinheiro - Cr\$ 30 000/Mês	I		
	Nº 3	1,5	6,6	1,6		1,5	Dinheiro - Cr\$ 80 000 alq/ano	P		
	Nº 4	0,8	3,5	0,8		0,8	Dinheiro - Cr\$ 1 000 000/ano	P		
Ocupante	Nº 1	4,5	82,0	4,8		4,5		P		
	Nº 2	1,0	18,0	1,1		1,0		P		
TOTAL	20	94,1		100,0	15,24	27,25			136,6	

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JUN/1985

## 6 COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA E FAIXA ETÁRIA

O tamanho médio das famílias residentes em Tomás Coelho é de 4,55 pessoas, sendo que quase a metade delas (nove) é composta de cinco a seis membros. Entretanto, há exceções, como uma família de nove membros e outra composta apenas pelo casal, além de uma senhora, filha de poloneses, que vive sozinha.\*

Os produtores agrícolas de Tomás Coelho e os membros de suas famílias formam uma população de 91 pessoas, distribuídas conforme a tabela 2.

TABELA 2 - FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE TOMÁS COELHO - 1985

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS
Menos de 1	1
1 a 5	9
6 a 10	8
11 a 15	14
16 a 20	11
21 a 30	12
31 a 40	6
41 a 50	17
51 a 60	4
61 a 70	6
Mais de 70	2
TOTAL	91

FONTE: IPARDES, Pesquisa de campo - JUN/1985

Não se constatou nenhuma relação entre tamanho de família e área total mobilizada pela produção (quadro 3).

\*Até 1982 essa senhora trabalhava como diarista; hoje ela trabalha em parceria com outro proprietário. Essa outra forma de sobrevivência que vai crescendo em regiões onde a propriedade é pequena, a produção é baixa e o nível de mecanização na agricultura é inferior aos padrões de modernização estipulados para a produção agrícola brasileira.

QUADRO 3 - COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA NA COLÔNIA TOMÁS COELHO - 1985

(Em alq)

CONDIÇÃO DE POSSE	ÁREA DO IMÓVEL	ÁREA DE OUTRO IMÓVEL	ÁREAS ARRENDADAS	ÁREA TOTAL MOBILIZADA	TAMANHO DA FAMÍLIA RESIDENTE
Propriet. nº					
1	13,0	4,0	-	17,0	6
2	12,0	-	-	12,0	9
3	10,0	5,0	10,0	25,0	5
4	7,0	-	1,5	8,5	3
5	5,0	-	-	5,0	6
6	4,0	2,0	4,0	10,0	4
7	3,5	-	0,6	4,1	6
8	3,0	-	*Parc. c/14	3,0	1
9	2,0	1,0	10,5	13,5	6
10	2,0	3,0	-	5,0	3
11	2,0	-	0,4	2,4	5
12	1,8	-	0,25	2,05	3
13	0,5	0,24	-	0,74	2
14	0,1	-	3,0*	(3,1)	5
Arrendat. nº					
1	12,4	-	-	12,4	8
2	8,0	-	-	8,0	5
3	1,5	-	-	1,5	3
4	0,8	-	-	0,8	2
Ocupantes nº					
1	4,5	-	-	4,5	4
2	1,0	-	-	1,0	5
TOTAL 20					91

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JUN/1985

\*Esse é o caso de arrendamento que se dá sob a forma de renda-trabalho, porém através do regime de parceria com o proprietário (nº 8) da área arrendada

## 7 NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Em 1878, foi fundada a primeira escola da Colônia, hoje residência de uma das famílias entrevistadas. Essa foi mantida pelos colonos de Tomás Coelho até 1886, quando o Estado começa a fornecer auxílio no pagamento de salários dos professores. A criação da escola demonstrava, na época, o interesse pela preservação da língua polonesa e, conseqüentemente, de sua cultura e tradição. Hoje, no entanto, é considerada apenas como um meio necessário para um aprendizado mínimo, permitindo que os filhos dos produtores venham a se inserir de melhor forma no mercado de trabalho. Isso demonstra que os produtores aceitam a educação formal como fator importante no processo de ascensão social, conforme constatado nas entrevistas, e realça a integração dos produtores no plano dos valores dominantes.

Em 1911, foi construído pelos "colonos", com o apoio do vigário, o Instituto de Educação São Vicente de Paula, que comportava, até cinco anos atrás, aproximadamente 150 alunos. Hoje, em função da construção da barragem, a escola tem apenas cerca de 90 crianças, sendo que muitas são internas.

As informações coletadas nas entrevistas com os proprietários de Tomás Coelho mostram que o nível de escolaridade, em grande parte, atinge o primário completo. Entre os membros mais velhos, a maioria cursou o primário completo, com exceção de onze pessoas que não o concluíram. Existe um único caso de analfabetismo, o que se explica pelo fato de ser da segunda

geração de poloneses que, aqui chegando, inseriu-se, de imediato, no trabalho árduo de abertura de estradas e também como mão-de-obra na lavoura.

Entre os jovens de 20 a 28 anos, a maioria concluiu o curso primário e uns poucos o curso ginásial. Com a necessidade do trabalho contínuo na lavoura e também no mercado de trabalho urbano, quase todos pararam de estudar. Uma moça de 20 anos cursa o 2º ano da Faculdade de Letras na Universidade Federal do Paraná e duas outras concluíram o magistério, sendo professoras do 1º grau no Colégio das Irmãs.\*

Dos que se encontram na faixa de 8 a 17 anos, verifica-se que a maioria continua estudando. Há particularidades como o caso de um rapaz de 16 anos que cursa o 3º período do 2º grau na Escola Técnica do Paraná.

Dos arrendatários entrevistados, observou-se que, com apenas uma exceção, os adultos cursaram o primário completo e que seus filhos continuam estudando.

Entre os ocupantes entrevistados, dois casais têm o primário completo e uma pessoa, o primário incompleto, havendo o caso específico de uma senhora de 72 anos que não estudou. Os jovens e as crianças continuam estudando regularmente.

Esse quadro reflete a preocupação dos pais em incentivar seus filhos na continuidade do estudo, para que eles venham a ter condições melhores de vida em um espaço que já não é mais o meio rural, necessitando, para isso, de outros aprendizados que só podem ser adquiridos através do estudo regular.

\*Instituto de Educação São Vicente de Paula, localizado na Colônia.

## 8 SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Todos os produtores proprietários de terra e a maioria dos membros da família trabalham na lavoura, seja na propriedade em questão, seja em outras áreas que possuem ou arrendam. As crianças, em suas horas vagas, e as mulheres, além do trabalho doméstico, também trabalham na lavoura, no plantio ou na colheita. As exceções encontradas são as duas moças que lecionam no Colégio das Irmãs, um mecânico autônomo com oficina junto à sua residência, três moças que trabalham na indústria (brasileiros) e um outro produtor que faz biscates (serviços em geral do setor terciário), além de possuir uma marcenaria, que está com o filho.

Note-se que, mesmo aqueles já inseridos no mercado de trabalho enquanto assalariados, continuam a trabalhar nos finais de semana na lavoura, ajudando a família. Embora essa inversão da alocação de força de trabalho não seja significativa em termos absolutos, é um dado expressivo que deve ser salientado.

Dos quatro arrendatários, todos, sem exceção, trabalham na lavoura. Existem particularidades que merecem destaque. Somente na família brasileira os meninos ajudam no trabalho agrícola; as filhas e esposa se retringem ao trabalho doméstico. Isso mostra uma provável diferença entre as concepções de trabalho existentes nas famílias polonesa e brasileira. Por exemplo, para áreas agrícolas idênticas, o que indica situação se-

melhante, na família polonesa todos participam efetivamente na reprodução da unidade familiar, ao passo que na brasileira, o trabalho feminino limita-se aos afazeres domésticos. Provavelmente esse fato esteja ligado à própria concepção histórica da família polonesa. Se for assim, essa é uma das poucas heranças étnico-culturais que puderam ser mantidas, independentemente da realocação da força de trabalho familiar para esferas que vão além do processo produtivo agrícola.

Dos que estão na categoria de ocupantes, um é motorista da Transportadora Catalina, empresa interestadual.

O produtor residente em Tomás Coelho, em sua maioria, é proprietário de terra, dono dos meios de produção e seu próprio trabalhador, além de ocasionalmente vender sua força de trabalho. É nesse espaço que ele vai, paulatinamente, deixando de existir como produtor agrícola proprietário de terra, transformando-se em proletário. Isso porque o ganho adquirido fora de sua propriedade torna-se cada vez mais importante para sua sobrevivência e de sua família.

Essa situação, embora concreta, mostra ainda uma grande complexidade e multiplicidade de formas de pequenos produtores. Assim, só é possível unificá-los numa mesma categoria de análise quando se verifica as condições insuficientes de que dispõem para reproduzir a sua unidade familiar, acarretando, dessa forma, um outro elemento comum à grande maioria desses pequenos produtores, qual seja, a necessidade de recorrer ao assalariamento temporário a fim de garantir a reprodução de sua unidade produtiva.

Essa "debilidade" das transformações capitalistas na agricultura brasileira, não deve ser entendida no sentido de que o modo de produção capitalista não seria dominante, ou coisa que o valha. Ao contrário, entende-se essa "debilidade" como uma forma específica de dominação da agricultura, onde é marcante a presença do capital comercial e usurário.<sup>3</sup>

No outro extremo, porém, três proprietários que detêm mais de 50% da área vão se estabelecendo como produtores mercantis.

Conclui-se, portanto, que a Colônia, enquanto uma suposta comunidade homogênea, marcada por laços étnicos e culturais, já se encontra num processo de desagregação interna que independe da construção da barragem. Esse fato só vem acelerar a desarticulação da Colônia, que ocorreria em outras circunstâncias, porém de forma mais lenta (quadro 4).

<sup>3</sup>SILVA, José F. Graziano, coord. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978.

QUADRO 4 - SITUAÇÃO OCUPACIONAL DAS FAMÍLIAS DA COLÔNIA TOMÁS COELHO - 1985

CATEGORIA	ÁREA TOTAL MOBILIZADA	TAMANHO DA FAMÍLIA RESIDENTE	P	M	1º F	2º F	3º F	4º F	5º F	6º F	7º F	G	N	m	OBSERVAÇÕES*	
Proprietário Nº	1	17,0	6	4	1	3										Profª na Colônia
	2	12,0	9	1	1											
	3	25,0	5	4	1											
	4	8,5	3	4	4	4										
	5	5,0	6	1	1	1	3	1	1							Profª na Colônia
	6	10,0	4	4	1	4										
	7	4,1	6	1	1	4									1	Mecânico na Colônia
	8	3,0	1		1											
	9	13,5	6	1	1		1									
	10	5,0	3	2	1	2										
	11	2,4	5	1	1											
	12	2,05	3	4	1											Marceneiro e biscateiro
	13	0,74	2	1	1											
	14	(3,1)	5	1	3	3	3									Trabalham na indústria
Arrendatário Nº	1	12,4	8	1	6	6	6	1	1							
	2	8,0	5	1	1											
	3	1,5	3	1	1											
	4	0,8	2	1	1											
Ocupantes Nº	1	4,5	4		1	1									6	
	2	1,0	5	3	1											
TOTAL	20		91													

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JUN/1985

- P - Pai  
M - Mãe  
F - Filho  
G - Genro  
N - Nora  
m - mãe (avó)
- 1 - Só trabalha nesse imóvel  
2 - Só trabalha fora do imóvel, na zona rural  
3 - Só trabalha fora do imóvel, na zona urbana  
4 - Trabalha parcialmente fora/dentro do imóvel  
5 - Não trabalha atualmente  
6 - Somente trabalha no lar

\*Essas observações se referem aos casos em que a pessoa trabalha fora ou parcialmente fora do imóvel.

## 9 EMPREGO DE FORÇA DE TRABALHO

Seis proprietários contratam trabalhadores temporários no plantio e na colheita, o que corresponde a 42,8%. Em média, empregam de dois a três trabalhadores por dia, durante duas semanas, sendo que um deles, o que mobiliza maior área, chega a empregar oito trabalhadores num período que oscila de seis a quinze dias (o pagamento varia de Cr\$ 7 000 a Cr\$ 10 000 a diária). Desses proprietários, quatro mobilizam 10 e mais alqueires de terra num total de 60,6 alqueires e os outros dois, 4,1 e 2,4 alqueires, totalizando 6,5 alqueires.

Verificam-se aqui dois aspectos importantes: a diferença no que se refere à área ocupada pela produção e o número de trabalhadores temporários concentrados nas propriedades. Os seis proprietários ocupam 49,0% de toda a área mobilizada pela agropecuária e 61,8% da área dos proprietários. Entretanto, a área dos quatro maiores corresponde a 55,8% e a dos outros dois a 6,0% da área dos proprietários. As áreas médias são 15,12 e 3,45 alqueires, respectivamente; porém, os grupos empregam força de trabalho com a mesma intensidade em virtude da diferença entre os produtos.

O determinante do emprego de mão-de-obra assalariada é o volume de capital que está concentrado nas mãos desses seis proprietários. Isso indica a diferença existente entre os proprietários no que se refere à capacidade de mobilizar trabalho, que depende do volume de capital, e o trabalho assalariado, por

sua vez, mostra a dominância das relações mercantis, o que pressupõe uma forte integração no mercado.

No que diz respeito aos arrendatários, apenas um deles contrata trabalhadores temporários no serviço de capinação, plantio e colheita. Mobiliza 54,6% da terra em mãos de arrendatários e 9,1% do total da área mobilizada, empregando três a cinco trabalhadores por dia durante cinco meses ao ano. O pagamento equivale a Cr\$ 15 000 a diária, excluindo a alimentação.

Dos ocupantes, a chacreira emprega serviço de aração durante uma semana, pelo menos duas vezes ao ano, pagando a quantia de Cr\$ 35 000 por dia.

Constata-se então que os produtores agrícolas da região que utilizam mão-de-obra assalariada mobilizam 58,1% da área utilizada na agropecuária.

São poucos os vizinhos que prestam serviços, e nesse caso, a relação de troca se estabelece pelo fornecimento de gêneros alimentícios ou de serviços. Entre esses, é significativa a participação dos filhos dos produtores.

Verificou-se uma particularidade entre os produtores que têm a propriedade legal da terra. Trata-se da relação de parceria entre dois proprietários de terra, que dividem a renda adquirida através da comercialização de seus produtos. Caracterizam-se como meeiros, sendo que um entra com a terra, ajudando também na lavoura e na criação de animais e o outro, com o capital, a técnica de plantio e a comercialização propriamente dita.

## 10 PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A batata é a maior cultura da região, tanto em área plantada como na comercialização. É cultivada por treze produtores, dos quais três o fazem para o autoconsumo e os demais para a comercialização. Entre os que comercializam o produto, alguns não têm noção exata da área plantada, que varia de 0,5 a 2 alqueires em média. Isso também ocorre com relação à quantidade consumida, ou seja, a maioria dos colonos residentes em Tomás Coelho não sabe a quantidade exata de batatas que é consumida na propriedade. Existem variações que vão de duas sacas de 60 kg até 50 sacas de 60 kg por ano. Parte do consumo nas propriedades se destina à criação de suínos e galinhas.

Foram comercializadas 9 925 sacas de batata de 60 kg, colhidas nas duas últimas safras, que compreendem o período de dezembro de 1984 a maio de 1985. Dois produtores comercializaram 80,17% do total comercializado, sendo que um deles vendeu 60,45% para Vitória (ES), Rio de Janeiro e CEASA/Paraná, a um preço de Cr\$ 700 o quilo, num total de 360 000 kg. Esse mesmo produtor comercializou 41,66% do total de feijão comercializado. O outro vendeu 125 750 kg de batata a um preço de Cr\$ 417 o quilo para intermediários. Esse é também o segundo maior produtor de feijão da região.

Os demais produtores venderam sua produção de batatas, desde 40 sacas até 500 sacas, com variações de preços em torno de Cr\$ 250 a Cr\$ 360 o quilo. A incidência maior de venda se

dá no CEASA; uma minoria vende para intermediários. Há também os que vendem para a feira de Araucária.

Existem duas safras para a batata: a safra-das-águas, que ocorre entre os meses de setembro e outubro, e a safra-da-seca, que compreende os meses de fevereiro e março. Por ser um produto facilmente perecível, a batata exige comercialização quase que imediata. Há então a concordância na agricultura entre o processo produtivo e o processo de trabalho, daí a conotação da sazonalidade do trabalho.

O milho é a segunda maior cultura da região, porém, 56% da produção se destina à criação de suínos, galinhas e animais de trabalho e o restante à comercialização. A produção de milho nas duas últimas safras foi de 2 500 sacas e o volume comercializado de 1 145 sacas, a um preço que variou de Cr\$ 8 000/sc. em julho de 1984 a Cr\$ 27 000/sc. em março de 1985.

Apenas um produtor colheu 1 000 sacas e comercializou 800, ou seja, 38,75% da produção total e 69,9% da comercialização. Sua produção foi vendida à Cooperativa Cotia a um preço de Cr\$ 12 000/sc. em julho de 1984. A produção dos demais produtores de milho, além de ter sido vendida para vizinhos e intermediários, foi também comercializada com granjeiros e com a fábrica de Moinhos Araucária.

A terceira maior cultura da região e a segunda mais comercializada é o feijão, que é cultivado por 19 produtores, dos quais 14 o comercializam.

A área plantada varia de 0,25 a 1 alqueire, sendo o cultivo, algumas vezes, intercalado com o da batata. O consumo na propriedade varia de duas a seis sacas de 60 kg ao ano. A produção comercializada referente aos últimos meses de 1984 e fe-

vereiro de 1985 foi de 360 sacas e o valor recebido variou em média de Cr\$ 800 a 2 000 o quilo.

O feijão é geralmente vendido a intermediários, chamados pelos colonos de atravessadores. Alguns o vendem para a vizinhança, no armazém e na feira de Araucária. Apenas um produtor comercializa o feijão no CEASA. Verificou-se também que um dos produtores vendeu, em dezembro de 1984, 9 000 kg de feijão no valor de Cr\$ 1 170 o quilo para a Comercial Mendes.

A cebola é a quarta maior cultura da região, tanto ao nível da produção quanto da comercialização. Dos 20 produtores entrevistados, 14 a cultivam, sendo que um produz exclusivamente para o consumo. A maioria tem 0,5 alqueire de área plantada, e alguns intercalam a plantação de cebola com o alho.

Considerando-se apenas os dez produtores que deram informações precisas, foram comercializadas 1 942 sacas de cebola de 20 kg cada uma. Apenas quatro produtores comercializaram 1.750 sacas, isto é, 90% do total comercializado.

O maior produtor de cebola - que é o terceiro produtor de batata e milho - vendeu 46,34% do total comercializado. Os dois maiores produtores de batata são também os maiores produtores comerciais de feijão e de milho que venderam, respectivamente, 80,17%, 50,83% e 87,04% do volume total comercializado por esses produtores.

Na produção física comercializada desses quatro principais produtos, medida em sacas de 60 kg, os dois maiores produtores participaram com 75,65% numa área de 38,5 alqueires, o que corresponde a 28,18% do total da área mobilizada.

Diante desse quadro, é impossível falar em homogeneidade de produção, ou mesmo em produção de subsistência, visto que

se verifica, concomitantemente, uma grande concentração na produção comercializada e na área mobilizada.

Nota-se que os dois produtores agrícolas são poloneses, proprietários de terra, arrendando também outras áreas na região, sendo que um deles comprou imóvel. Isso implica dizer, mais uma vez, que as relações sociais de produção e as relações de classe existentes na Colônia Tomás Coelho predominam sobre o caráter étnico-cultural, que parece nela prevalecer em consequência do número significativo de poloneses e seus descendentes que ali residem.

Outros produtos têm relativa importância na comercialização, como batata-doce, tomate, pimentão e alho. Apesar de ser baixa sua produção e quase sempre intercalada com outras culturas, esses produtos, principalmente o tomate e o pimentão, requerem cuidados especiais no plantio e combate às pragas. Porém, apesar das despesas elevadas, têm garantia de compra do CEASA, aumentando um pouco mais renda do pequeno produtor.

Exclusivamente para comercialização, o pimentão e o alho são produzidos por três produtores agrícolas e o tomate, por quatro. É interessante notar que o segundo produtor de pimentão e tomate é o que comercializa 46,34% da produção de cebola.

Do total de 1 820 caixas de pimentão, 82,42% é comercializado por um único produtor, que também vende 51,89% da produção de tomate e é o quarto produtor de cebola da região.

A batata-doce é a quinta maior cultura da região. No entanto, somente as sobras são comercializadas, pois a maior parte da produção serve de ração para suínos e animais de trabalho.

O arroz, a batata-salsa, o aipim (mandioca), a pipoca, o amendoim, a abóbora, o pepino, a cenoura, a vagem, a beterraba, o repolho, a couve-flor, a alface e o fumo são produzidos quase que exclusivamente para consumo interno. As sobras são comercializadas no CEASA, na vizinhança, na feira de Araucária e na Vila Nossa Senhora da Luz.

Produz-se também em Tomás Coelho o trigo sarraceno, chamado por eles de tartaco, e o centeio. Porém, a produção não é significativa devido, sobretudo, às dificuldades na comercialização - uma vez que esses produtos não fazem parte da nossa alimentação básica -, mas também ao fato de essas culturas requererem cuidados especiais e de o clima não ser propício ao seu desenvolvimento. Portanto, o centeio se caracteriza não somente enquanto cultura de subsistência, mas também como subsistência da cultura, ou seja, uma herança cultural. Verificou-se, no entanto, que somente duas famílias o produzem para fabricação de broa preta, resquício cultural já num processo de total extinção. A broa preta, ou pão de centeio, é um alimento tradicional dos poloneses; atualmente, porém, passa por um processo de "embranquecimento", fruto de uma mistura com a farinha de trigo.

Das vinte famílias entrevistadas, apenas quatro comercializam ovos, com variações que vão de 5 a 15 dúzias por semana, a um preço que gira em torno de Cr\$ 1 500 a Cr\$ 2 500 a dúzia. A venda é feita tanto na feira de Araucária como na Vila Nossa Senhora da Luz. Apenas um único produtor comercializa com o intermediário e um outro vende para os trabalhadores da construção da barragem do rio Passaúna.

Dos entrevistados, três proprietários e um ocupante pos-

suem tanques de peixe para consumo interno. Quando há sobras, são vendidas na vizinhança, porém em pouquíssima quantidade. Entre esses, apenas um produtor - que possui quatro tanques - cria matrizes de carpa. Em 1984, vendeu na Colônia, em Quitandinha e para a C.R. Almeida cerca de 2 000 piscípolos a Cr\$ 200 cada ou então Cr\$ 2 000/kg. O consumo interno chega a 15 kg de carpa ao ano. Outro fator que diz respeito à cultura de peixes e que fundamenta sua não-comercialização é o índice de poluição das águas do rio Passaúna, responsável também pelo abastecimento de Araucária, Campo Largo e parte de Curitiba.

A criação de animais domésticos limita-se a porcos, galinhas, bois, vacas, bezerros e cavalos. O leite se restringe apenas ao abastecimento familiar. Quinze produtores criam suínos, dos quais nove os comercializam na vizinhança, com intermediários e nos açougues da Vila Angélica, a maioria em pequenas quantidades, de 2 a 10 cabeças ao ano. O preço varia de Cr\$ 50 000 a Cr\$ 60 000 o leitão e de Cr\$ 200 000 a Cr\$ 300 000 o suíno de raça, vendido a uma média de 70 cabeças por ano para o frigorífico Bezinelli.

Dos produtores entrevistados, um é avicultor e suinocultor, possuindo uma média anual de 80 suínos de raça e 20 000 galinhas. Dessas, a cada 21 dias, são vendidas 1 000 unidades para a Cancela, a Cr\$ 5 000 cada. Os demais produtores têm em média 50 galinhas em suas propriedades, além de patos, marrecos, gansos e coelhos, apenas para o consumo interno.

A partir do exposto acima, conclui-se que a produção da Colônia Tomás Coelho está em perfeita concordância com a do município. A batata, o feijão e o milho encontram uma demanda significativa por parte do mercado consumidor. Por isso, esses

produtores são privilegiados na produção agrícola da Colônia e do município, fazendo com que ocorra uma relativa acomodação no que diz respeito à produção, principalmente sobre dois aspectos: os hábitos e conhecimentos dos colonos e, de forma mais decisiva, a demanda do mercado.

## 11 MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Na análise dos questionários aplicados na Colônia Tomás Coelho, verificou-se que, dos quatorze proprietários de terra, nove não dispõem de nenhum tipo de máquina ou equipamento de tração mecânica, nem mesmo de implementos agrícolas, além de não alugarem nem pedirem emprestado. Porém, entre esses, os que vivem da lavoura possuem o antigo arado puxado a boi.

Quatro proprietários possuem trator, sendo que um deles tem dois (Massey 47 HP - 1974 e Ford HP - 1970). Os outros três têm dois tratores de 65 HP (um de 1976 e outro de 1983) e um MF 275 de 1978.

Além dos tratores para o plantio e colheita da produção, são usados também, por esses produtores, implementos agrícolas como: plantadeira de batata MAVI, arrancador de batatas a disco, debulhador de milho - marca Penha (1983) -, colhedeira de batata Ikeda, Arado Tatu, pulverizador motor costal M. Ferguson (1966 - 1975 - 1980), máquinas de classificar batatas à manivela M. Ferguson (1940), trilhadeira a rolo M. Ferguson (1979), debulhadeira a rolo M. Ferguson, triturador com sistema de martelo M. Ferguson (1966), roçadeira com duas facas M. Ferguson (1978), grade com 26 discos M. Ferguson (1978) e arado com três discos M. Ferguson (1978). Um dos produtores possui uma máquina (de 1975) para debulhar trigo e outra para fazer quirera. Com exceção de um produtor que ara a terra de outros com seus instrumentos em troca de serviços ou aluguel de terras, os de-

mais não alugam nem emprestam seus instrumentos agrícolas.

As máquinas de tração mecânica e os implementos agrícolas mencionados pertencem, em sua maioria, aos três proprietários de terra que mobilizam áreas e são os maiores produtores da região.

Dos arrendatários, um possui trator Yamaha de 13 HP (1979); outro aluga um trator toda vez que precisa arar a terra, pagando Cr\$ 60 000 a hora, durante, aproximadamente, 15 horas.

O avicultor possui um misturador de ração, de 1980, e um moinho com capacidade de moer 500 kg de ração em uma hora, com média de 20 sacos de ração. Esse também não empresta nem aluga seus implementos.

Os produtores de Tomás Coelho possuem, em média, dois bois, duas vacas, dois bezerros e dois cavalos, sendo que dois deles têm touros. Esses animais são destinados mais para a lavoura que para o consumo interno, ou mesmo à comercialização. Oito deles possuem veículos de trabalho como: caminhão Perkson a diesel, Mercedes 80, C14-69, PICK-UP 76, PICK-UP F75, de 1973, caminhão Ford 68, Ford F600-74, Kombi 72.

Verifica-se, assim, que as máquinas e implementos agrícolas utilizados pelos produtores da Colônia refletem o mínimo necessário de incrementação na produção, conforme as exigências do mercado. Por outro lado, constatou-se, através das entrevistas, que todos os produtores agrícolas, possuídores de máquinas e implementos de tração mecânica, estão necessariamente vinculados ao mercado interno para comercialização de seus produtos.

## 12 INSUMOS

Quinze produtores usaram adubo químico nas safras de 1984 e 1985, principalmente no plantio, ou seja, duas vezes ao ano. Há, no entanto, uma diferença na quantidade gasta de acordo com o tamanho das propriedades, a diversificação das culturas e o destino delas.

Na produção para o consumo interno, a compra de adubos, sementes e defensivos agrícolas é menor do que para a produção destinada à comercialização, porque esta requer um maior cuidado. Dessa forma, a quantidade gasta de adubos varia de 20 a 500 sacas ao ano, pelas quais são pagas quantias de Cr\$ 30 000 a Cr\$ 35 000 a saca. A maioria dos produtores compra adubos na Boutim. Há os que compram na Agrodoni, Manah, Belca e Ouro Verde, assim como nos armazéns, no Sindicato de Araucária e com os intermediários, que os vendem mais caro.

As sementes selecionadas também foram usadas nas safras de 1984 e 1985, principalmente para o plantio de batata, milho e cebola. A quantidade e valor gastos variam conforme a cultura, a área cultivada e a extensão da terra. O valor da saca de semente de batata esteve em torno de Cr\$ 33 000, o da de semente de milho, em Cr\$ 60 000 e o do quilograma da semente de cebola, aproximadamente Cr\$ 120 000. Além dos locais de venda mencionados, os produtores da Colônia compram sementes selecionadas também na Cooperativa Agrosul e na ACARPA.

Os defensivos agrícolas são usados em menor quantidade,

devido, principalmente, a seus elevados preços. Apenas dez produtores os utilizam durante o plantio, com duas exceções: um que usa semanalmente e outro quinzenalmente, por comercializarem tomates e outras verduras, gastando cerca de 50 kg de defensivos, a um preço de Cr\$ 600 000. Porém, a maioria dos produtores da região utiliza defensivo Ditame, a Cr\$ 30 000 kg. Há também aqueles que usam o sulfato de amônia, a uréia e o nitrocálcio, em pequenas quantidades.

Quanto ao uso de ração, a maioria compra somente o farelo, chamado também de "cipilho" - misturando-o com o milho e a batata-doce -, em quantidades pequenas no Sindicato de Araucária, em armazéns e também na Metrisul. Na criação de porcos e galinhas, destinada ao mercado, alguns produtores chegam a gastar aproximadamente 40 kg de ração por dia, a Cr\$ 4 800/kg. O avicultor, que adquire a ração na Avepec ou na Cargil, conforme preço do dia, gasta 60 sacos por semana, o que equivale a Cr\$ 2 000; utiliza também a vacina em grandes quantidades, gastando 1 000 doses a cada 21 dias para cada lote de pintinhos, adquirindo-as na Cooperativa Cotia.

A maioria dos produtores agrícolas de Tomás Coelho vacina seus animais de trabalho (bois, vacas e bezerros), uma vez ao ano, por ser a Prefeitura de Araucária a responsável por essa tarefa. Porém, os criadores de suínos fazem uso da vacina de duas a quatro vezes por ano, adquirindo-a na Agrodoni, no Sindicato e Prefeitura de Araucária.

O rodízio entre as plantações, chamado rotação de cultura, é prática tradicional entre os pequenos agricultores na região de Tomás Coelho. Esses cuidados com a conservação do solo não são apenas técnicas de uso incorporadas pela família;

decorrem, também, da percepção dos colonos de que o solo se desgasta quando cultivado com somente uma cultura.

Diante desse quadro, verifica-se que, não tendo capital suficiente, torna-se impossível para o produtor desenvolver tecnicamente todas as formas necessárias para a melhoria de sua produção agrícola. Além da falta de informações, da necessidade que tem de plantar rapidamente seus produtos - devido às exigências do mercado -, existem fatores como os preços elevados de adubos, sementes e defensivos agrícolas, que torna inviável a utilização racional do solo.

### 13 CRÉDITO AGRÍCOLA

Dos quatorze proprietários de terra, oito usaram o crédito agrícola para a compra de adubo e dentre estes dois utilizaram, também, para a obtenção de trator, camionete e alguns implementos agrícolas. Há um caso particular em que o crédito foi aplicado na construção de um paiol. O maior financiador foi o BANESTADO, seguida da Boutim e do Banco do Brasil.

Os seis proprietários não utilizaram crédito agrícola devido, principalmente, aos juros elevados, que não compensariam a compra de qualquer instrumento agrícola ou fertilizantes necessários para a produção. As justificativas compreenderam desde a insuficiência de terras até o fato de que só se produzia para o consumo interno. Mesmo assim, acabavam por comprar, à vista, o mínimo necessário para o aumento e a melhoria da produção.

Dos três arrendatários, dois utilizaram crédito agrícola: um deles para a compra de adubo químico em 1983, financiando Cr\$ 700 000 pelo Banco do Brasil em um período equivalente a dois anos; o outro, para comprar 50 sacos de adubo no valor de Cr\$ 700 000, financiados pela Manah.

## 14 RENDIMENTO MENSAL

Dos quatorze proprietários de terra, apenas quatro sobrevivem da venda de seus produtos no mercado. Desses, foi possível calcular dois casos de renda bruta adquirida na comercialização: um deles obteve, no período de dezembro/84 a maio/85, Cr\$ 18 588 000; o outro, na última safra, Cr\$ 57 000 000. Um dos outros dois proprietários não soube responder quanto e a que preço comercializou, pois trabalhava em parceria, não tendo noção da quantidade produzida. Desses quatro casos, apenas um dos proprietários informou a média de sua rentabilidade líquida anual, que varia em torno de Cr\$ 40 000 000.

Cabe destacar três casos em que a família sobrevive apenas da aposentadoria, que varia de meio a um salário mínimo.

O rendimento dos demais produtores provém desde da venda de produtos para o mercado, do excedente comercializado, de aposentadorias, arrendamento de terras e aluguel de casas, até dos salários de membros de família, recebidos mensalmente, com variações de Cr\$ 300 000 a Cr\$ 1 000 000.

Constatou-se apenas um único caso de um proprietário cuja renda provém da fabricação de tijolos, extraíndo assim uma média de Cr\$ 60 000/dia com a olaria, além da comercialização de produtos e do trabalho assalariado de um membro de família.

De um modo geral, a incidência maior das respostas, no que se refere ao rendimento bruto, era de que recebiam em média de Cr\$ 400 000 a Cr\$ 1 000 000 líquidos mensalmente, através

da comercialização dos produtos no mercado.

Os três arrendatários vivem da venda de seus produtos, sendo que um deles informou ter recebido dois salários mínimos mensais; um outro, em meio ano, conseguiu obter aproximadamente Cr\$ 3 000 000. Somente um deles vive da comercialização de suínos, frangos e ovos, percebendo, em média, dois salários mínimos mensais.

Os ocupantes vivem da venda das sobras de seus produtos, sendo que uma das famílias complementa a renda com o salário do homem, por volta de Cr\$ 470 000 mensais, e outra, com a pensão por viuvez, reajustada para Cr\$ 161 000.

## 15 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Dos proprietários de terra que possuem poço para o abastecimento de água, sete têm canalização interna, sendo que um deles somente na pia da cozinha.

Dos arrendatários, todos têm poço de água na moradia: dois com canalização interna e um sem.

Dos ocupantes, o avicultor e suinocultor é atendido pela rede geral, com canalização interna no domicílio, pois há uma mina d'água na propriedade. O outro tem um poço de água com canalização interna.

A recusa dos colonos em instalarem água encanada em suas propriedades, conforme depoimento, decorre do seu conhecimento acerca do índice de poluição do rio Passaúna, responsável pelo abastecimento de água de Araucária, Campo Largo e parte de Curitiba.

## 16 SANEAMENTO BÁSICO

Dos quatorze proprietários de terra, apenas um é atendido pela rede geral de esgotos. Os demais estão classificados da seguinte forma: cinco possuem sanitário interno com fossa séptica; oito têm sanitário externo, metade com fossa rudimentar, metade com fossa séptica, demonstrando um melhor nível de higiene e padrão de moradia.

Dos arrendatários, dois possuem sanitário interno com fossa rudimentar, sendo este o mais baixo padrão de moradia em Tomás Coelho, e dois sanitários internos, atendidos pela rede geral de esgotos, pois seus domicílios ficam próximos à Igreja e ao Colégio das Irmãs - única parte da Colônia em que há uma infra-estrutura básica de saneamento -, revelando assim melhor padrão de moradia e higiene.

A chacreira tem sanitário interno, sendo atendida pela rede geral de esgotos, porque também reside nas proximidades do Colégio das Irmãs e da Igreja. O outro ocupante tem sanitário externo e fossa rudimentar.

Essas informações comprovam a falta de uma infra-estrutura básica de saneamento da Colônia Tomás Coelho, demonstrando o baixo nível de higiene e padrão de moradia dos moradores da região.

## 17 ILUMINAÇÃO

Dos quatorze proprietários, nove têm iluminação no domicílio, fornecida pela rede pública, pois residem nas imediações da área de extensão da rede; os cinco restantes têm lampião a gás.

Há uma correspondência dos que possuem lampião a gás com os que têm poço de água sem canalização interna, o que demonstra, fundamentalmente, o baixo padrão de vida dos moradores da Colônia Tomás Coelho.

Dos arrendatários, apenas um é atendido pela rede pública, pois também reside nas proximidades da extensão da rede e dois utilizam lampião a gás.

Dos ocupantes, um é atendido pela rede pública, por residir nas redondezas da extensão; o outro - o avicultor e suinocultor - possui gerador próprio para o fornecimento de luz em sua moradia, seus paióis e demais benfeitorias.

## 18 ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA

Dos quatorze proprietários de terra, nove recorrem ao Hospital São Vicente, em Araucária, sendo as despesas cobertas pelo FUNRURAL e Sindicato dos Empregadores Rurais de Araucária, que tem convênio com o FUNRURAL. Os demais recorrem a ambulatórios de Araucária, com as despesas pagas pela Prefeitura e também pelo Sindicato. Outros, necessitando de atendimentos mais eficientes, dependem de recursos próprios, devendo recorrer a clínicas particulares em Araucária, ou excepcionalmente, ao consultório no bairro Água Verde, em Curitiba. Poucos procuram o serviço médico-odontológico do Sindicato, que tem convênio com a Prefeitura de Araucária, o FUNRURAL e o INAMPS. Existem dois casos em que os produtores vão a postos de saúde. Um desses postos se encontra na Vila Angélica e o outro no Portão, cujas despesas são pagas, respectivamente, pela Prefeitura de Araucária e pelo INAMPS.

Dos arrendatários, dois, quando necessitam de socorros, procuram hospital localizado na Vila Nossa Senhora da Luz, assumindo as despesas. O outro, recorre ao hospital de Araucária, pago pelo FUNRURAL. Somente um arrendatário não usufruiu de nenhuma instituição médico-odontológica, usando apenas a medicina caseira, confrontando sua eficiência ao péssimo atendimento fornecido pelo governo.

Os ocupantes também recorrem a hospitais. Um, ao da Vila Nossa Senhora da Luz, onde as despesas são cobertas tanto pelo

INAMPS; como por ele mesmo; o outro, dependendo da gravidade da doença, recorre a três hospitais distintos: o da Vila Angélica, o Nossa Senhora da Luz e o Hospital Evangélico de Curitiba, os três cobertos pelo INAMPS.

Diante disso, esses dados são significativos para demonstrar que os colonos de Tomás Coelho se preocupam com a saúde de seus familiares, mesmo que se façam necessários recursos próprios para a melhoria de suas condições de saúde. Por outro lado, demonstram também que os colonos rejeitam a assistência médica fornecida pelo Sindicato. Isso pode ser um indicador importante tanto da consciência dos colonos acerca da importância de sua saúde, como também da avaliação que fazem do Sindicato, à medida que se constatou, através dos questionários aplicados, o pouco uso que fazem dele.

## 19 PADRÃO DE VIDA

Dos 20 produtores agrícolas da Colônia Tomás Coelho, 19 possuem rádio; 17, fogão à lenha; 15, geladeira; 14, fogão à gás; 13, TV em preto e branco; 9, chuveiro elétrico e liquidificador; 7 têm batedeira de bolo; 4, TV em cores; 2, aparelho de som e telefone e um, radiola.

Desses, sete possuem veículo de passeio - também usado para o trabalho: Brasília 78 e 80, Aero-Willys 63, Opala 75, Variant 72, Volks 70 e uma Kombi 76.

Isso demonstra, mais uma vez, que os colonos de Tomás Coelho se vinculam efetivamente à cidade devido à necessidade de terem uma estreita ligação com o mercado para a comercialização de sua produção. Por outro lado, verifica-se que a incorporação do modo de vida da população urbana se faz presente nesse colono, à medida que troca no espaço comercial, que é o mercado, meios de vida também necessários a seu modo de vida particular.

Esse fato comprova, mais uma vez, que os produtores agrícolas de Tomás Coelho descaracterizam-se como "colonos", à medida que as relações sociais, já mercantilizadas, os incorporam efetivamente ao modo de produção e reprodução capitalista.

## 20 CONCLUSÃO

Com o acelerado processo de urbanização de Curitiba, devido à consolidação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC - e da Cidade Industrial de Araucária - CIAR -, os produtores agrícolas de Tomás Coelho começam a vender seus lotes, ou parte deles, vindo a se alocar em Curitiba e outras regiões. Isso intensificou a especulação imobiliária, visto que novos loteamentos foram surgindo, valorizando, assim, o metro quadrado da terra.

A fragmentação das propriedades rurais e, conseqüentemente, a redução dos lotes e a evasão dessas famílias explicam a conformação de um novo agente nesse processo de transformação da mão-de-obra rural para a urbana, o agente especulativo imobiliário.

A partir do quadro da situação ocupacional, verifica-se que a produção, além de suprir parte do consumo, complementa os ganhos através da comercialização de parte da produção, que, em combinação com a venda da força de trabalho esporádica, permite a reprodução da maioria dos colonos de Tomás Coelho. No caso dos que trabalham fora, seja esporadicamente, seja enquanto assalariados, a produção reforça a renda familiar.

O "colono" de Tomás Coelho não é apenas considerado um pequeno proprietário, mas também dono dos meios de produção e seu próprio trabalhador, além de ocasionalmente vender sua força de trabalho. Nessa situação vai, paulatinamente, deixando de existir enquanto proprietário, transformando-se em proletário,

porque o ganho adquirido fora de sua propriedade torna-se cada vez mais importante para a sua sobrevivência e a de sua família. Assim, seu espaço de produção vai cedendo lugar ao avanço da indústria e aos terrenos urbanos, nos quais já vem se alo- cando há algum tempo, e hoje mais ainda com a construção da barragem do rio Passaúna.

Nesse sentido, verifica-se que o processo de proletari- zação se dá de forma igual em todas as regiões onde predomina a pequena produção, distinguindo-se apenas conforme as parti- cularidades de cada uma delas. Isso porque a impossibilidade de livre acesso à terra limita a expansão da pequena agricul- tura, forçando assim a fragmentação da propriedade e expulsando seus membros para a periferia, ou para atividades não-agrícolas.

O "colono" vai cedendo lugar ao operário. O lote rural vai cedendo também seu espaço ao loteamento urbano. Mais uma vez é realocada a força de trabalho. No bojo dessas transfor- mações, verifica-se novamente que a produção de alimentos em pequenas propriedades com base na unidade familiar é induzida a ceder lugar para a indústria, que passa a incorporar os pro- dutores agrícolas. Estabelece-se, aqui, mais uma vez, a repro- dução do capital e a subordinação a suas leis; ou seja, a re- produção da pequena produção de acordo com o movimento do capital, que recria essas condições conforme seus interesses.

O capital interfere na organização interna dos traba- lhadores rurais, através das mediações da produção e da inter- mediação no mercado.

No que diz respeito à produção agrícola, é perceptível que as épocas de comercialização da produção são as que con- trolam a vida econômica da Colônia, assim com a do município.

A relação da Colônia Tomás Coelho com o mercado é muito forte, uma vez que as necessidades dos produtores e a demanda do mercado devem ser supridas. Assim, pode-se dizer que a cidade se caracteriza para os "colonos" como um elemento direcionador que interfere na plantação das culturas, na quantidade a ser plantada e na organização da unidade produtiva. Porém, a partir dessa "troca" entre cidade e campo, mais uma vez o "colono" sai perdendo, visto que seus produtos não têm o mesmo aumento dos já industrializados; além disso, a maior parte do lucro fica em mãos do intermediário, o chamado "atravessador", que acaba centralizando a comercialização.

A comercialização direta dos produtores agrícolas com o mercado torna-se difícil com o passar do tempo. É nesse espaço que o intermediário vai se configurando, juntamente com o crescimento da região metropolitana e a abertura de mercados em outros estados.

A venda do produto possibilita ao "colono" a complementação dos seus meios de vida e a obtenção dos instrumentos e meios de trabalho. Nota-se, então, que são os mecanismos de mercado que direcionam a organização do trabalho familiar.

Quanto à condição de posse, verifica-se que a diferenciação existente na região é decorrência tanto da concentração da terra em mãos de três proprietários e um arrendatário, como também da maior produção comercializada de batata, feijão, cebola e milho. Esses produtores agrícolas mobilizam maiores áreas, aproximadamente 67% da área total produtiva, 80% da produção e 70% da comercialização dos produtos. São eles, também, os que mais empregam mão-de-obra assalariada, os que possuem máquinas de tração mecânica e implementos agrícolas e fazem

maior uso de insumos, sementes selecionadas e defensivos agrícolas.

No entanto, nota-se que a reprodução dessa produção depende, fundamentalmente, da existência de novas terras que possam ser incorporadas. Essa relação social, que tem a terra como mercadoria faz com que o "colono" necessite de capital para aumentar sua propriedade. Dessa forma, o preço da terra aparece na composição dos custos de produção quando, na realidade, deveria proporcionar ao seu proprietário o recebimento de uma renda anual, limitando seu capital disponível apenas para a aplicação na produção.

A partir do melhor conhecimento da Colônia, propiciado pelos diversos aspectos que possibilitaram uma caracterização sócio-econômica, verificou-se que a suposta comunidade homogênea, marcada por laços étnicos e culturais, já se encontra num processo de desagregação interna que independe da construção da barragem. Esse fato só vem acelerar a desarticulação da Colônia, que, em outras circunstâncias, ocorreria mais lentamente.

Porém, a caracterização sócio-econômica da Colônia Tomás Coelho fez-se necessária para que os produtores agrícolas dessa região sejam indenizados com preços justos, conforme as condições efetivas de cada produtor, criando assim formas concretas para que continuem mantendo seus vínculos com o mercado.

Se já nas relações mercantilizadas, o elemento étnico-cultural é secundário, constatou-se também que, para a maioria dos produtores agrícolas de Tomás Coelho, a preocupação principal é o preço justo das terras e benfeitorias, que possibilite, por sua vez, sua manutenção enquanto produtores agrícolas vinculados ao mercado. Esse fato revela também a preocupação

que deve ter o Estado na realocação desses produtores em regiões próximas ao mercado, para que eles possam continuar mantendo os vínculos comerciais necessários à sua reprodução.

A inserção dos colonos de Tomás Coelho no modo de produção capitalista brasileiro, desde os primórdios da imigração até os dias atuais, num processo de transformação social, econômica e política determinado historicamente, mostra necessariamente a predominância das relações de classe sobre as relações étnicas. Isso porque, através das mudanças ocorridas no seu modo particular de vida, na discussão dos seus problemas agrícolas, na intermediação da comercialização de seus produtos, a linguagem de vida, como mecanismo necessário à sobrevivência dos produtores, vai se tornando um único corpo, ou seja, vai se universalizando. Assim, pode-se dizer que a problemática em que vivem os poloneses, enquanto pequenos proprietários, arrendatários ou assalariados, apesar de suas especificidades, não é somente sua. A esta, somam-se muitas outras, dos alemães, italianos, japoneses, brasileiros, etc., que também fazem parte da categoria de pequenos produtores, que, paulatinamente, vem perdendo sua autonomia, subordinando-se cada vez mais ao capital.

O processo de transformação pelo qual passa a agricultura sob a égide do capital já não é mais dinâmico e revolucionário, como na etapa concorrencial do capitalismo. José Graziano da Silva, em seu livro **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**,<sup>4</sup> retomando João Manuel Cardoso em **Capitalismo Tardio**, refere-se a uma industrialização tardia que ocorreu nos países periféricos, em que se incluem

<sup>4</sup>SILVA, José F. Graziano, coord.

os casos da industrialização da América Latina na etapa do capitalismo monopolista, quando a agricultura foi submetida a uma "modernização conservadora", na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado. Nessa medida é que se verifica porque se dá a subordinação da pequena produção ao capital comercial e usuário e como se sobressai, na nossa agricultura, a dominação deste, face ao moderno capital financeiro, reproduzindo, dessa maneira, formas arcaicas de relação de trabalho. Atrasadas, porque constituídas por um contingente de pequenos produtores, organizados com base no trabalho familiar, o que, ainda hoje, conforma a grande maioria das unidades produtivas no campo.

Tentou-se demonstrar que o processo por que passa a agricultura brasileira obedece a avanços e recuos de uma lenta e dolorosa modernização, sustentada em sua maior parte pelos subsídios estatais. Isso se observa, na maioria dos casos, pelo predomínio de pequenas unidades familiares, onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e ajuda temporária de trabalhadores contratados - com nível muito baixo de tecnificação -, em épocas determinadas do ciclo produtivo. Essa baixa tecnificação pode ser verificada na quantidade de produtos vendidos e insumos comprados. As formas concretas de extração do excedente ou sobre-trabalho desses pequenos produtores rurais só se materializam na vinculação com o mercado, através da circulação de mercadorias.

Dessa maneira, verifica-se que os colonos de Tomás Coelho - nas figuras do morador, do agregado, do posseiro, do meeiro, do pequeno arrendatário, do sitiante, etc. - têm em comum o fato de serem trabalhadores para o capital.

Nessa diversidade de categorias, observa-se também um fator que deve ser considerado, talvez, como instância primordial na análise e compreensão dessa classe nos meandros do processo de transformação da agricultura brasileira: o fato de nenhum desses trabalhadores terem perdido completamente a posse de seu principal meio de produção, a terra. Isso porque, todos, de uma forma ou de outra, tiveram, e muitos ainda têm, acesso à terra para produzir gêneros agrícolas, com base no trabalho "excedente" da unidade familiar.

As situações acima mostram ainda uma grande complexidade e multiplicidade de pequenos produtores. Nessa medida, só é possível unificá-los numa mesma categoria de análise quando se verificam as condições insuficientes de que dispõem para reproduzir sua unidade familiar, acarretando, assim, um outro elemento comum à grande maioria desses pequenos produtores: a necessidade de recorrer ao assalariamento temporário, para garantir a reprodução de sua unidade produtiva.

Conclui-se, dessa maneira, que a pequena produção está inserida no capitalismo, como parte dele mesmo, no movimento da acumulação, em determinadas circunstâncias e em momentos concretos. Isso porque a reprodução da pequena produção não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca. Ao contrário, ela se prende ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba, Gráfica Vitória, v.1-7, 1970-1973.
- 2 COSTA, Maria Cecília Solheidda. A chácara e a carroça: um estudo de padrões de resistência e de herança entre colonos poloneses. s.n.t. Mimeografado.
- 3 DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. s.n.t. 16.f. Mimeografado.
- 4 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1970. 248p.
- 5 IANNI, Octávio. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 6 KERSTEN, Maria Scholz de Andrade. O colono-polaco: a recriação do camponês sob o capital. Curitiba, 1983. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 7 PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade: 1824-1930. São Paulo, Brasiliense, 1982. 89p.
- 8 ROCHA, Maria Cecília. Até o papa é polonês: estudo de identificação étnica da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 1985. 56f. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Antropologia da UFPR.
- 9 SEYFERTH, Giralda. Camposenses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. Revista do Museu Paulista, São Paulo, USP, 29:73-95, 1983-1984.
- 10 SILVA, José Graziano da, org. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1980. 240p.
- 11 WACHOWICZ, Romão. A saga de Araucária. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1975. 166p.
- 12 WACHOWICZ, Ruy C. Orleans - um século de subsistência. Curitiba, Paiol, Fundação Cultural de Curitiba, 1976. 92p.
- 13 \_\_\_\_\_. Tomás Coelho - uma comunidade camponesa. Araucária, Prefeitura Municipal de Araucária, 1977. 114p.